



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS DE SOBRAL
CURSO DE PSICOLOGIA

ELIELDA DA COSTA BARBOSA DE SOUZA

**ABUSO SEXUAL INFANTIL: REVISÃO INTEGRATIVA DOS ARTIGOS
BRASILEIROS EM PSICOLOGIA**

SOBRAL
2017

ELIELDA DA COSTA BARBOSA DE SOUZA

ABUSO SEXUAL INFANTIL: REVISÃO INTEGRATIVA DOS ARTIGOS
BRASILEIROS EM PSICOLOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará no *Campus* de Sobral como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro

SOBRAL

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S237a Souza, Elielda da Costa Barbosa de.
Abuso sexual infantil : Revisão integrativa dos artigos brasileiros em Psicologia / Elielda da Costa Barbosa de Souza. – 2017.
23 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Curso de Psicologia, Sobral, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro.
1. Abuso sexual infantil. 2. Família. 3. Vítima. 4. Abusador. 5. Psicologia. I. Título.

CDD 150

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar comigo todas as horas. E por me dar a certeza, mediante a minha fé, que tudo posso Nele.

À minha família, por acreditar em mim e vibrar com cada conquista. Especialmente aos meus pais, que mesmo não tendo estudado se esforçaram em manter-me na escola, pois acreditaram que a educação tem o poder transformador. A Eliene, Elieuda e Érica, minhas irmãs, amigas e companheiras de bons e maus momentos, por me afirmarem em tantas ocasiões que escolhi a profissão correta.

Ao meu esposo João Batista Souza, por não me deixar só um dia sequer, por me mandar ter calma, por todo amor e cumplicidade compartilhados.

À professora Larissa Siqueira que com entusiasmo me apresentou a temática do abuso sexual infantil, me permitindo pensar estratégias de enfrentamento e prevenção para desse tipo de violação dos direitos da criança.

Ao professor Pablo, por aceitar me orientar em uma temática que não estudava. Sou grata por cada pergunta feita e por cada apontamento na escrita deste trabalho.

A todos os meus amigos, os de perto e os de longe, os que dividi os espaços da universidade ou outros tantos espaços. Mas principalmente a Andriny, a Karol Braga, a Joseane e a Márcia Kellen que compartilharam comigo a graduação em Psicologia.

A todos eu sou imensamente grata.

RESUMO

O abuso sexual infantil trata-se do envolvimento de crianças e adolescentes em comportamentos sexuais com pessoas mais velhas. O presente artigo realizou uma revisão integrativa sobre as produções brasileiras em psicologia acerca do abuso sexual infantil na última década (2007-2016). Com 121 artigos na composição dos resultados analisados através da estatística descritiva, os resultados apontaram a predominância de pesquisas empíricas com crianças e adolescentes vitimizadas pelo abuso. Concluiu-se portanto, que a falta de uma definição clara prejudica ações que objetivem a prevenção do abuso sexual infantil. E as pesquisas e relatos relataram ações de enfrentamento ao abuso sexual infantil.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; Família; Vítima; Abusador; Psicologia.

ABSTRACT

Child sexual abuse addresses the involvement of children and adolescents in sexual behavior with older people. The present article carried out an integrative review of the Brazilian productions in Psychology about child sexual abuse between the years 2007 and 2016. A total of 121 articles were analyzed through descriptive statistics. The results pointed out the predominance of empirical research with children and adolescents victimized by abuse. It was concluded that the lack of a clear definition impairs actions that aim at the prevention of child sexual abuse and makes it difficult to cope.

Keywords: Child sexual abuse; Family; Victim; Psychology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. METODOLOGIA.....	7
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	9
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência é algo construído social e historicamente, conforme aponta Minayo (1994) quando diz que tal fenômeno encontra suas raízes na vida em sociedade e não no desenvolvimento biológico humano. Chauí caracteriza este fenômeno de duas formas como “a conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e opressão” (1985, p.35). Assim sendo, a violência está intimamente ligada a uma relação de poder em que existe o dominador, o que perpetra a violência; e o dominado, que passa a ser o objeto, vítima da violência e não mais sujeito. Nesse sentido a violência contra crianças e adolescentes tem neste os “não-sujeitos”, vitimizados pelas mais diferentes formas de violência contra a criança.

Existem, pelo menos, quatro modalidades diferentes de violência contra a criança, as quais convencionou-se chamar de “maus-tratos infantis”; são elas: abuso físico, abuso psicológico ou emocional, abuso sexual e negligência (BÉRGAMO & BAZON, 2011). Dentro da modalidade “violência sexual infantil” existe uma diferença importante entre o abuso e a exploração sexual, pois enquanto aquele se configura como a estimulação sexual da criança com fins de satisfação do agressor e pode ocorrer dentro ou fora da família, este tem nas práticas sexuais com crianças uma forma de comércio e geralmente ocorre fora da família (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Frente a estes tipos de maus-tratos infantis, o presente estudo se voltará a análise do abuso sexual que, conforme Sanderson (2008), trata-se do envolvimento infanto-juvenil em comportamentos sexuais com adultos ou pessoas um pouco mais velhas. Existe uma relação de poder e confiança, em que a criança e o adolescente são usadas como objeto de satisfação sexual. São portanto “todos os tipos de encontros sexuais e comportamentos que abrangem aliciamento sexual, linguagem ou gestos sexualmente sugestivos, uso de pornografia, voyeurismo, exibicionismo, carícias, masturbação e penetração com os dedos ou pênis” (SANDERSON, 2008, p.17).

Vale ressaltar, no entanto, que a definição não é unânime entre os pesquisadores. Sanderson (2008) assinala que essa definição é construída culturalmente, assim como os conceitos de infância e adolescência, “o que dificulta estabelecer uma definição aceita universalmente” (SANDERSON, 2008, p.1). As principais diferenças estão nos conceitos de criança e adolescente, na idade para o consentimento sexual e na própria definição de sexual. Ainda nesse mesmo sentido, Amendola (2009) aponta que esse é um conceito em formação,

principalmente devido a sua complexidade e as controvérsias que existem. A autora afirma, que devido aos múltiplos fatores existentes nas definições de abuso sexual, os pesquisadores optam por escolher critérios para definir o abuso sexual infantil a depender de suas abordagens teóricas.

A questão do abuso sexual infantil segundo Furniss (1989) é tanto política como normativa, possui características sociológicas, antropológicas, jurídicas, psicológicas e também sanitárias. Trata-se também de uma questão sexista e de forte complexidade profissional. Para o autor, essa discussão é marcada por um misto de confusão e complexidade, uma vez que propõe o desafio da multidisciplinaridade e onde o fracasso profissional é uma variável possível. O Conselho Federal de Psicologia aponta que, independente da profissão, tal temática “deve ser considerada sempre de forma interdisciplinar, envolvendo diferentes olhares, segmentos e práticas profissionais, configurando verdadeira rede de proteção” (2009, p.39)

Mediante as informações apresentadas o tema do abuso sexual infantil é bastante desafiador, não apenas para os profissionais que lidam diariamente com a temática, mas para os todos envolvidos nos casos. Pressupõe o trabalho em rede e em equipe multidisciplinar, a fim de melhor contribuir para o enfrentamento da violência sexual. Assim dar visibilidade ao abuso sexual infantil parece contribuir para fortalecer ações de prevenção as diversas formas da violência sexual. A psicologia como ciência e profissão produz conhecimento e formas peculiares de trabalhar com a temática e com as consequências a curto e longo prazo gerados pelo abuso sexual infanto-juvenil. Além disso, psicólogos compõem as equipes multiprofissionais que trabalham com o abuso sexual infantil. Nessa perspectiva, a proposta deste trabalho é realizar uma revisão integrativa sobre as produções brasileiras em psicologia acerca do abuso sexual infanto-juvenil na última década (2007-2016).

2. METODOLOGIA

Com o intuito de investigar e analisar as produções brasileiras em psicologia sobre o abuso sexual infanto-juvenil nos últimos dez anos (2007-2016), optou-se por realizar uma revisão integrativa dessas produções. Pode-se compreender revisão integrativa como um tipo de revisão de literatura ampla que reúne e sistematiza as produções de um determinado tema, de forma rigorosa, a fim de produzir resultados que possam gerar novas pesquisas, produzir conclusões gerais e trazer uma maior compreensão sobre o fenômeno estudado. (SOARES *et al*, 2014; MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008)

Para fazer uma revisão integrativa é necessário percorrer algumas etapas que garantirão a sua confiabilidade, no entanto não existe um consenso sobre quantas ou quais são estas etapas. Mendes, Silveira, Galvão (2008) apontam para um modelo que compreende seis etapas. A primeira etapa consiste na escolha do tema a ser pesquisado e na formulação de hipóteses que nortearão a construção da revisão integrativa. O tema definido para a presente revisão foi: conhecimentos que a Psicologia brasileira, como ciência e profissão, tem produzido na última década acerca do abuso sexual infantil.

A segunda etapa consiste em definir os critérios utilizados para a seleção dos artigos e a escolha dos descritores. Para a presente pesquisa foram incluídos apenas artigos que tratavam de revisões de literatura, pesquisas empíricas e relatos de experiência, publicados em periódicos indexados em língua portuguesa, e que foram produzidos por pesquisadores e profissionais em psicologia. Os trabalhos também deviam possuir a versão integral disponível *online*. Foram excluídas teses, dissertações, monografias e editoriais, bem como produções cujo enfoque fosse a exploração sexual infantil, as suspeitas de abuso sexual infanto-juvenil e as falsas alegações do abuso. A coleta dos dados foi realizada nas seguintes bases: Portal de periódicos da Capes, SciELO, PePSIC e INDEX Psi, no mês de setembro de 2017. Os descritores utilizados foram: “Abuso sexual”, “Criança”, “Infância”, “Adolescência”, “Adolescente”, “infantil”, “infanto-juvenil” e “Psicologia”.

Foram encontradas nas bases escolhidas um total de 324 referências, sendo excluídas 49 por estarem em mais de uma base, restando, assim, 275. Refinando a busca por artigos completos em português, disponíveis *online* integralmente e excluindo aqueles que não se configuravam como artigos, restaram 243 produções. Foram excluídos 100 trabalhos pelo título, 17 a partir da observação dos resumos, restando 126 para leitura completa. Após a leitura completa, 5 foram excluídos. Desta forma, a presente pesquisa contou com 121 artigos para compor os resultados.

A terceira etapa da revisão integrativa caracteriza-se pela definição das informações que serão retiradas dos artigos e sua sumarização em um instrumento que facilite a análise dos dados. Para isso foi utilizado o aplicativo SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 22, a fim de reunir todas as informações que foram extraídas. Foi construído um banco de dados a fim de realizar uma análise estatística descritiva das variáveis apontadas a seguir.

As seguintes variáveis foram delimitadas: 1. Dados básicos do artigo: título, autores; 2. Tipo do artigo; 3. Referencial teórico adotado; 4. Enfoque dado a questão do abuso

sexual infantil; 5. Principais conclusões; 6. Sujeitos ou público-alvo; 7. Principais resultados; 8. Método de intervenção.

A quarta etapa coincide com a “apresentação ou análise dos resultados” nas pesquisas empíricas e equivale a expor de forma clara os dados encontrados nos artigos de modo que cada categoria seja explicada detalhadamente. Para cada categoria foi calculada, através do SPSS, a frequência com que apareceram nos artigos.

Na quinta etapa é realizada a discussão dos resultados encontrados. Ela é semelhante a etapa “discussão dos resultados” feita nas pesquisas empíricas. A quarta e a quinta etapas foram trabalhadas em um mesmo tópico. A última etapa consiste em apresentar brevemente a revisão integrativa e descrever os resultados encontrados e os principais apontamentos, nesse sentido esta etapa consiste nas considerações finais desse artigo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao tipo, as pesquisas empíricas correspondem a 55,4% dos artigos, as revisões de literatura vêm em seguida com 30,6% e, por fim os relatos de experiência com 14,0% do total dos 121 artigos. Pesquisa empírica é aquela que se preocupa em produzir e analisar dados de forma factual. O relato de experiência ou pesquisa prática é o tipo de pesquisa que está ligada a prática profissional e promove intervenções, mas com rigor metodológico. E revisão de literatura ou pesquisa teórica é a pesquisa que se dedica aos aprofundamentos teóricos sobre uma temática determinada (DEMO, 1994).

As pesquisas empíricas encontradas se preocuparam em caracterizar os diversos danos (físicos, psicológicos ou emocionais) provocados pelo abuso sexual, mapear a ocorrência do abuso sexual nos estados brasileiros, ou ainda analisar a atuação profissional nos casos de abuso sexual infantil. Na medida que este fenômeno tem ocorrência em todo o Brasil, este tipo de pesquisa é útil para conhecer, por meio de dados empíricos a situação brasileira sobre o abuso sexual, e pode favorecer o planejamento de intervenções e ações preventivas.

As revisões de literatura trataram das produções sobre abuso sexual, discutindo este tema sobre os mais diferentes enfoques. Algumas utilizaram abordagens psicológicas e analisaram os diferentes atores do abuso sexual. Outras ainda, discutiram os mais diferentes conceitos de abuso sexual infantil, entendendo que este é um conceito socialmente construído.

Os relatos de experiência apontaram preferência por intervenções clínicas. A atuação em equipes multiprofissionais, necessárias para o atendimento de todos os atores

apareceram, mas não de forma unânime. Conhecer como foi todo o processo das intervenções realizadas e observar o trabalho em equipes pode favorecer que novas ações sejam desenvolvidas e as equipes de atuação tornem-se efetivamente multiprofissionais.

Tabela 1_Tipos de artigos incluídos na revisão integrativa: Dados gerais

Tipo de artigo	Frequência	Porcentagem (%)
Pesquisa empírica	67	55,4
Revisão de literatura	37	30,6
Relato de experiência	17	14,0
Total	121	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores

A tabela 2 diz respeito a frequência com que o referencial teórico em psicologia foi apresentado em cada artigo. Dentro os trabalhos analisados, 76% dos artigos não apontam um referencial teórico. Dentre aqueles que indicaram uma teoria norteadora das discussões, 9,9% dos artigos assinalam a Psicanálise e 5,0 % a Cognitivo Comportamental como abordagem teórica.

Santos & Costa (2011) está entre os artigos que não apontaram um referencial teórico e discutiram a respeito das medidas protetivas aplicadas as vítimas de abuso sexual. Dos artigos que trazem a Psicanálise como abordagem, tomou-se como exemplo o trabalho de Pacheco & Malgarim (2012) que analisou os impactos provocados pelo abuso sexual intrafamiliar na estruturação do aparelho psíquico infantil. Em relação ao referencial Cognitivo Comportamental, podemos exemplificar com o artigo de Habigzang *et al* (2009). Trata-se de uma pesquisa empírica que buscou avaliar os efeitos da grupoterapia para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Os dados apresentaram que a maior parte dos artigos não dispunha de uma abordagem teórica. No entanto isso não significa que deixaram ser artigos em Psicologia, uma vez que tais abordagens teóricas atribuem mais significado a clínica psicológica. A Psicologia Jurídica como área de atuação produz seus próprios referenciais e formas de atuação e intervenções, isso parece justificar o uso facultativo de abordagens psicológicas por grande parte dos autores.

Tabela 2_Referencial teórico adotado: Dados gerais

Referencial teórico	Frequência	Porcentagem (%)
Não indica referencial teórico	92	76,0
Psicanálise	12	9,9
Cognitivo Comportamental	6	5,0
Psicologia Social/Comunitária	4	3,3
Sistêmica	2	1,7
ACP	2	1,7
Análise do Comportamento	1	0,8
Gestalt terapia	1	0,8
Terias do desenvolvimento humano	1	0,8

Total	121	100,0
-------	-----	-------

Fonte: Elaborada pelos autores

A variável “enfoque dado a questão do abuso sexual infantil” conta com quatro abordagens distintas. A categoria “Psicológico”, presente em 62,0% dos artigos, trata a questão do abuso sexual como um fenômeno que pode produzir consequências psicopatológicas, excessos ou déficits comportamentais e consequências danosas às funções cognitivas. Dos artigos que foram classificados nessa categoria podemos exemplificar os de Florentino (2015) e Borges & Dell'Aglio (2008) que apontam uma série de consequências psicológicas que podem acometer a curto, médio e longo prazo as vítimas de abuso sexual.

A categoria “Jurídico”, presente em 19,0% dos artigos, corresponde às pesquisas que discutiram o abuso sexual a partir dos direitos da criança, dos processos jurídicos gerados nos casos de abuso sexual infantil e da proteção integral da criança. Costa *et al* (2008), por exemplo, realizaram uma pesquisa empírica que foi desenvolvida a partir de entrevistas com as famílias envolvidas em processos de abuso sexual e analisaram como as famílias compreendiam o processo e a própria linguagem judicial.

Os artigos que tinham um enfoque “Social” (9,9% dos artigos) discutiam como o tema do abuso sexual era compreendido socialmente, bem como debatiam a prestação de assistência social aos envolvidos em casos de abuso sexual em serviços especializados. Como exemplo para esse enfoque, Pacheco & Malgarim (2011) versaram sobre o funcionamento do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e postularam que a intervenção nos casos de abuso sexual deve ser “um movimento dinâmico que visa o trabalho coletivo cuja efetividade está ligada às ações conjuntas e compartilhadas como verdadeiras ‘teias sociais’” (2011, p.547).

Por fim a categoria “Sanitário”, com 9,1%, dos artigos, revela os danos físicos provocados a saúde das vítimas de abuso sexual infantil e as doenças dele decorrentes, vale ressaltar que as psicopatologias foram incluídas na categoria psicológico. Como exemplo, Narvaz & Oliveira (2009) fizeram uma revisão de literatura a respeito da relação existente entre o abuso sexual e os transtornos alimentares e apontaram que esta é uma relação possível e que é necessário acompanhamento interdisciplinar.

Percebe-se que a categoria “Psicológico” apareceu na maior parte dos artigos e isso pode ser justificado pelo próprio recorte desta revisão integrativa, uma vez que a busca foi feita por artigos produzidos em Psicologia. A categoria “Jurídico” também aparece com destaque e isso parece apontar para a dimensão judicial que envolve o abuso sexual, visto que no Brasil essa é uma questão tratada como crime.

Tabela 3_Enfoque dado a questão do abuso sexual infantil: Dados gerais

Enfoque	Frequência	Porcentagem (%)
Psicológico	75	62,0
Jurídico	23	19,0
Social	12	9,9
Sanitário	11	9,1
Total	121	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores

As categorias da tabela 4 concernem as principais conclusões apontadas pelos autores dos trabalhos. A categoria “Trabalho com a família” aparece em 24,8% dos artigos e corresponde aos artigos que concluíram versando sobre a necessidade de envolver a família em todos os desdobramentos gerados pelo abuso sexual, quer sejam referentes ao processo judicial ou intervenções. Costa *et al* (2009), por exemplo, propõem, por meio do grupo multifamiliar, a escuta das famílias nos casos de abuso sexual infantil.

A categoria “Trabalho em rede” surge em 15,7% dos artigos e Florentino diz que se trata “de um drama que requer intervenções especializadas, com a confluência de diferentes categorias profissionais e a realização de ações articuladas e coordenadas” (2014, p.62). Nesse sentido esta categoria refere-se aos artigos que discutiram a necessidade de articulação da rede nos casos de abuso sexual, uma vez que tais casos apontam para um trabalho multidisciplinar.

Já a categoria “Atenção a criança/adolescente vítima de abuso sexual” também surge com 15,7% dos artigos e concluem que as crianças vítimas de abuso necessitam de atendimento especializado, porém aqui não se discutiu a articulação entre os serviços. Em sua revisão de literatura, Oliveira & Sei (2014) discutem acerca da psicologia no âmbito judiciário e concluem sobre a importância de ouvir o sujeito vítima de abuso sexual.

A “Proteção Integral da criança” surge em 9,9% dos artigos e diz respeito aos que falaram da importância em atender a criança vítima de abuso sexual de forma integral e articulada nos contextos que habita. Chaves & Costa (2012) apontaram que a proteção integral a criança deve garantir a esta a reconstrução de sua cidadania e assegurar a proteção da infância, entendendo as crianças como atores ativos nos contextos familiar, jurídico ou comunitário.

A categoria “Abuso sexual infantil provoca traumas/psicopatologias”, semelhante a categoria anterior, também apresenta uma frequência de 9,9% nos artigos e diz respeito as pesquisas que concluíram relatando sobre a dimensão patológica e/ou psicopatológica do abuso sexual. Capitão & Romaro (2008) concluíram que o abuso sexual infantil pode facilitar o surgimento de psicopatologias severas e estas podem se manifestar em qualquer momento da vida.

“Atenção ao agressor sexual” é a categoria que corresponde a 7,4% dos artigos e trata do atendimento que deve ser ofertado ao agressor sexual, independentemente de sua situação de aprisionamento. Serafim *et al* (2009) apontaram a necessidade de um trabalho multidisciplinar com o agressor sexual a fim de conhecer o que leva essas pessoas a se envolverem com crimes sexuais e planejar tratamentos individualizados, auxiliando na escolha da intervenção mais efetiva.

“Qualificação profissional” aparece com a mesma frequência da categoria acima mencionada, com 7,4% dos artigos, e aborda a necessidade de capacitação profissional para atender de forma adequada aos casos de abuso sexual. Os autores sugeriram, por exemplo, “a construção de um plano de capacitação sobre violências e direitos sexuais de crianças e adolescentes e, em especial, sobre violência sexual, tratando das formas de identificar e atuar nestas situações” (VIEIRA *et al*, 2015, p.3415)

A categoria “Prevenção ao abuso sexual”, presente em 5,8% das pesquisas, representa os artigos que apontaram a prevenção como método para intervir sobre a temática do abuso sexual. Pode-se mencionar o artigo de Oliveira *et al* (2014) que apresentaram um estudo das incidências, ao longo de uma década em uma cidade da Bahia, das ocorrências do abuso sexual infantil e concluíram que os dados encontrados na pesquisa servem para a prevenção e controle desse tipo dos maus-tratos infantis.

A última categoria nessa variável “Trabalho com grupos” com 3,3% dos artigos refere-se a indicação dos autores em intervenções com grupos não familiares como estratégia de intervenção com os envolvidos nos casos de abuso sexual. Nesse sentido, Habigzang *et al* (2009) descreveram a grupoterapia cognitivo-comportamental como meio para reduzir os sintomas psicopatológicos em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

A respeito das principais conclusões, o trabalho com a família e trabalho em rede surgiram com maior frequência. Se forem analisadas as Políticas Públicas brasileiras de enfrentamento e combate ao abuso sexual infantil o que se encontra é justamente a indicação de tratar o abuso sexual como uma questão familiar e a necessidade de uma equipe multiprofissional que trabalhe em rede garantindo a proteção integral da criança. (BRASIL)

Tabela 4 Principais conclusões: Dados gerais

Apontamentos	Frequência	Porcentagem (%)
Trabalho com a família	30	24,8
Trabalho em rede	19	15,7
Atenção a criança/adolescente vítima	19	15,7
Proteção integral da criança	12	9,9
Abuso sexual infantil provoca traumas/psicopatologias	12	9,9
Atenção ao agressor sexual	9	7,4
Qualificação profissional	9	7,4
Prevenção ao abuso sexual	7	5,8

Trabalho com grupos	4	3,3
Total	121	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores

A tabela 5 apresenta os sujeitos das pesquisas empíricas ou público-alvo dos relatos de experiência, desta feita as 37 revisões de literatura foram desconsideradas. Das categorias criadas, as “crianças vítimas de abuso sexual” foram os sujeitos/público-alvo do maior número de pesquisas ou intervenções, apareceram em 44,0% dos artigos, seguido pela categoria “profissionais” com 19,0% e a “família” surge com a terceira maior frequência com 13,1% dos artigos.

Dos artigos que trazem por sujeitos/público-alvo as “Crianças vítimas de abuso sexual infantil” (44,0% dos artigos), tem-se como exemplo Santos & Costa (2011) que, através de pesquisa empírica, buscaram avaliar se as medidas protetivas concedidas a estas crianças foram efetivas. Nos relatos de experiência, Chagas & Moreto (2013) buscaram por meio da clínica psicanalítica intervir sobre os efeitos do abuso sexual nas crianças.

Para a categoria “Profissionais que atuam na área” (19,0% dos artigos), é possível citar o artigo de Fröner & Ramires (2009) que por meio de pesquisa empírica analisaram as concepções dos profissionais acerca da escuta de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Penso *et al* (2008) apontaram em seu relato de experiência a formação e treinamento de profissionais para atuação com casos de abuso sexual.

Na categoria “Família” (13,1% dos artigos) tem-se, por exemplo, o artigo de Costa *et al* (2009) que, como pesquisa empírica, avaliou o trabalho em grupo multifamiliares junto a famílias participantes de tais grupos. Bérghamo & Bernardes (2015) em seu relato de experiência, por meio da psicoterapia individual e familiar procuraram intervir sobre os impactos gerados pelo abuso sexual na família.

Na categoria “Abusadores” (7,1% dos artigos), tomou-se por exemplo o artigo de Café & Nascimento (2012) que, em seu relato de experiência, apontaram o atendimento psicoterápico individual como estratégia de intervenção junto pessoas que cometeram abuso sexual.

Santos & Dell’Aglío (2009) tem como sujeito da pesquisa o “Cuidador não abusivo” (categoria com 7,1% dos artigos) e apontaram as reações maternas ao tomarem conhecimento do abuso sexual sofrido por suas filhas. As reações podem ir desde a notificação de serviços especializados à indiferença quanto a queixa apresentada e, por vezes, podem ser ambivalentes.

Costa & Costa (2013) trazem um exemplo da categoria “Crianças perpetradoras de abuso sexual” (6,0% dos artigos). Por intermédio de pesquisa empírica, os autores fizeram um estudo de caso de um adolescente que abusou sexualmente seu irmão mais novo. Na categoria “Reveladores dos casos de abuso sexual infantil” (3,6% dos artigos), Santoucy *et al* (2014), através de pesquisa, empírica buscaram compreender os motivos que levaram as mães de vítimas de abuso sexual a denunciarem o agressor, mesmo quando este era um membro da família.

Os dados encontrados parecem indicar que as crianças e adolescentes tem os danos (físicos, psicológicos) mais severos e merecem maior atenção por parte dos pesquisadores. Porém pesquisar a vítima do abuso sexual é apenas uma parte do fenômeno, o próprio Plano Nacional e os Serviços de Combate ao Abuso Sexual Infantil falam da importância de tratar o abuso sexual como queixa familiar, mesmo quando ele ocorre de forma extrafamiliar, porque ele pode revelar fatores da própria dinâmica familiar que favoreceram o acontecimento do abuso. (BRASIL, 2013; CFP, 2009) Nesse sentido o fato deste artigo está pesquisando o abuso sexual infantil, não traria a certeza de encontrar as crianças e adolescentes como os principais sujeitos pesquisados ou alvo de intervenções.

Tabela 5_Sujeitos ou público-alvo principal nas pesquisas empíricas ou relato de experiência

Sujeito/Público alvo	Frequência	Porcentagem (%)
Crianças vítimas de abuso sexual infantil	37	44,0
Profissionais que atuam na área	16	19,0
Família	11	13,1
Abusadores	6	7,1
Cuidador não abusivo	6	7,1
Crianças perpetradoras de abuso sexual	5	6,0
Reveladores dos casos de abuso sexual infantil	3	3,6
Total	84	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores

A tabela 6 apresenta os principais resultados discutidos nas pesquisas empíricas. A “Caracterização do abuso sexual infantil” (28,4% dos artigos) diz respeito aos artigos que discutem sobre as vítimas, o agressor, a frequência e duração dos abusos e o processo de revelação. Como exemplo toma-se Marra & Costa (2016) que por meio de entrevistas e dos prontuários do CREAS traçaram o perfil de 15 famílias que viveram o abuso sexual dentro do contexto familiar e foram atendidas pelo CREAS. Os resultados mostraram que as vítimas são predominantemente meninas, o abuso aconteceu dentro da família, as mães acompanham os desdobramentos do abuso, o intervalo de tempo entre o abuso e a revelação é pelo menos 2 anos e da revelação a notificação certa de 18 meses.

A “Identificação de problemas comportamentais/afetivos” (16,4% dos artigos) corresponde as pesquisas que discutiram como consequências do abuso sexual queixas comportamentais ou sentimentais, como é o caso da pesquisa de Novais & Britto (2013) que buscaram analisar as queixas comportamentais trazidas por uma criança vítima de abuso sexual. Os resultados demonstraram que os comportamentos inadequados do sujeito (desobedecer, fazer birra) eram mantidos pela atenção social que recebia dos pais.

A categoria “Apresentação das dificuldades de articulação da rede” (13,4% dos artigos) diz respeito aos entes que os profissionais enfrentavam na lida diária com a temática do abuso sexual. Dobke, Santos, Dell’Aglío (2010) apontam para a demora no andamento dos processos, na falta de proteção às vítimas e no descumprimento de medidas importantes do ECA como fonte de frustração para os profissionais.

Chaves & Costa (2012) fizeram uma pesquisa com uma família (pai, mãe e três filhas) sobre o afastamento do agressor do lar e partir disso analisaram a constituição da dinâmica familiar após o abuso sexual. A categoria “Verificação da dinâmica familiar frente ao abuso sexual infantil” (13,4% dos artigos) se justifica nesse exemplo. Os resultados apontaram que os abusos ocorriam após discussões dos pais e para a existência de violência doméstica.

Na categoria “Identificação de patologias e/ou psicopatologias” (11,9% dos artigos) é discutida a presença de patologias como consequências do abuso sexual. Como exemplo aponta-se Habigzang *et al* (2010) que descreveu a presença do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em meninas vítimas de abuso sexual, após avaliação psicológica. Os dados sugerem semelhanças entre os diferentes instrumentos para os diagnósticos de TEPT após ocorrências de abuso sexual, no entanto apareceram algumas diferenças nos critérios de evitação e entorpecimento e de excitabilidade aumentada.

A “Discussão acerca da compreensão sobre do abuso sexual infantil” (4,5% dos artigos), pode ser justificada pelo artigo de Gomes & Neves (2013) pois estas discutem por meio da psicanálise, a pouca compreensão familiar sobre os impactos do abuso sexual. Através do método interpretativo psicanalítico analisou os discursos e as nomeações produzidos após a ocorrência do abuso sexual. Os dados apontaram para uma família incestuosa e desorganizada que teve dificuldade em compreender o abuso sexual presente.

Pelisoli, Gava, Dell’Aglío (2011) validam a categoria “Verificação da atuação profissional frente aos casos de abuso sexual infantil” (4,5% dos artigos), uma vez que estes analisaram as práticas de psicólogos em casos de abuso sexual infantil. Os dados apontaram

por meio de questionários que os psicólogos mostraram-se preparados para lidar com o abuso sexual infanto-juvenil.

Na categoria “Identificação de políticas públicas aplicadas ao abuso sexual infantil” (3,0% dos artigos) encontrou-se artigos que falaram do Programa Sentinela. Lima & Alberto (2010), por exemplo, analisaram por meio de entrevista o contexto de 13 mães que tiveram suas filhas sexualmente abusadas dentro do contexto familiar. Os dados revelaram a importância do Programa Sentinela no atendimento as famílias que enfrentaram o abuso sexual.

A categoria “Descrição da percepção da família a respeito da Justiça” (1,5% dos artigos) tem apenas o artigo de Costa *et al* (2008), estes discutiram a experiência das famílias envolvidas em casos de abuso sexual com o sistema judiciário e apontaram que muitas vezes as famílias têm dificuldade em compreender o processo.

A categoria “Descrição das percepções do abusador sobre a infância” (1,5% dos artigos) conta com a pesquisa de Moura & Koller (2008), que discutiram a visão que 5 homens acusados de abuso sexual possuem sobre a criança e constataram que muitas vezes essa visão é estereotipada e politicamente correta.

Por fim a categoria “Discussão acerca das emoções do profissional nos casos de abuso sexual” (1,5% dos artigos), compreende o artigo de Ribeiro & Costa (2007) que buscou analisar as relações afetivas existentes entre as profissionais pesquisadas (5 psicólogas e 1 assistente social) e as crianças sexualmente abusadas, público de trabalho de tais profissionais. Os resultados apontaram que as profissionais desenvolveram uma identificação com a criança e esperavam a punição do agressor.

Dos artigos que caracterizaram o abuso sexual pode-se extrair os seguintes dados que parecem refletir a realidade brasileira: as meninas são as maiores vítimas; o abuso ocorre a maior parte das vezes dentro da família, nesse sentido pai, padrasto e pessoas do convívio próximo são os agressores; geralmente ocorrem mais de uma vez; as mães são as que protegem, notificam os serviços e afastam a vítima do agressor (MARRA & COSTA, 2016; PIMENTEL & ARAÚJO, 2009).

Tabela 6 Principais resultados das pesquisas empíricas

Resultados	Frequência	Porcentagem (%)
Caracterização do abuso sexual infantil	19	28,4
Identificação de problemas comportamentais/afetivos	11	16,4
Apresentação das dificuldades de articulação da rede	9	13,4
Verificação da dinâmica familiar frente ao abuso sexual infantil	9	13,4
Identificação de patologias e/ou psicopatologias	8	11,9
Discussão acerca da compreensão sobre o do abuso sexual infantil	3	4,5
Verificação da atuação profissional frente aos casos de abuso sexual infantil	3	4,5

Identificação de políticas públicas aplicadas ao abuso sexual infantil	2	3,0
Descrição da percepção da família a respeito da Justiça	1	1,5
Descrição das percepções do abusador sobre a infância	1	1,5
Discussão acerca das emoções do profissional nos casos de abuso sexual	1	1,5
Total	67	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores

A tabela 7 mostra os dados referentes apenas aos 17 relatos de experiência e apresenta os métodos de intervenção utilizados. A “Clínica psicológica individual” aparece com 29,4% dos artigos e diz respeito aos relatos de experiência que utilizaram a psicoterapia individual como estratégia interventiva nos casos de abuso sexual. Nessa categoria, tem-se como exemplo Café & Nascimento (2012) que realizaram atendimentos individuais com os autores de violência sexual.

O “Trabalho com grupos” com 23,5% dos artigos, corresponde a categoria dos relatos de experiência que apresentaram a utilização de grupos como forma de intervenção junto aos envolvidos em casos de abuso sexual. A título de exemplo, Costa et al (2011) apresentou o grupo multifamiliar como proposta interventiva com adolescentes ofensores sexuais, seus pares e seus familiares, no Centro de Orientação Médico Psicopedagógico no Distrito Federal.

Na categoria “Avaliação psicológica”, 17,6% dos artigos, encontraram-se relatos de experiência que através da avaliação psicológica procuraram intervir sobre as consequências do abuso sexual. Habigzang *et al* (2008), por exemplo, realizaram avaliação psicológica com 10 meninas vítimas de abuso sexual que apresentaram sintomas psicopatológicos.

A categoria “Trabalho educativo” com 11,8% dos artigos, corresponde os relatos de experiência que fizeram intervenções baseadas na prevenção do abuso sexual infantil. Nesse sentido e para exemplificar essa categoria Libório (2013) através de um projeto de extensão procurou, junto com uma equipe, realizar ações na escola com crianças e adolescentes a fim de prevenir a ocorrência do abuso sexual.

Bérgamo & Bernardes (2015) tiveram sua intervenção classificada na categoria “Clínica individual e familiar” com 11,8% dos artigos, pois além dos atendimentos individuais feitos com as vítimas de abuso as famílias também receberam atendimento.

O artigo de Hohendorff *et al* (2012) é o correspondente da categoria “Recursos audiovisuais” com 5,9% dos relatos de experiência. Esta pesquisa relatou a produção e a utilização de um documentário como estratégia de intervenção psicoterápica para meninos vítimas de abuso sexual.

A clínica psicológica nos seus moldes tradicionais foi a intervenção mais utilizada pelos profissionais e isso indica a dimensão clínica das consequências do abuso sexual. Nesse sentido oferecer uma escuta livre de julgamentos e empática é uma forma de tornar mais acessível para o profissional as consequências do abuso sexual e ao mesmo tempo é mais suportável para quem fala, quer seja a vítima, sua família ou o próprio abusador.

Tabela 7_ Método de intervenção nos relatos de experiência

Intervenção	Frequência	Porcentagem (%)
Clínica psicológica individual	5	29,4
Trabalho com grupos	4	23,5
Avaliação psicológica	3	17,6
Trabalho educativo	2	11,8
Clínica individual e familiar	2	11,8
Recursos audiovisuais	1	5,9
Total	17	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa apresentou um apanhado da última década dos artigos brasileiros em psicologia sobre o abuso sexual infantil e percebeu que houve predominância de pesquisas empíricas com diferentes sujeitos, sendo as crianças e adolescentes vítimas de abuso os mais pesquisados. Devido à complexidade do abuso sexual infantil, profissionais de diversas áreas são requeridos para lidar com esta temática e se faz necessária a articulação da rede a fim garantir a proteção integral da criança e evitar que esta seja constantemente revitimizada.

Diante do que foi apresentado percebeu-se que o abuso sexual infantil por não possuir uma definição clara e pelo descrédito social de uma sexualidade infantil, ações que favoreçam a prevenção do abuso sexual infantil tornam-se difíceis. Isso pôde ser percebido pelo grande número de pesquisas realizadas com crianças e adolescentes que foram vitimizadas pelo abuso sexual. Assim sendo os artigos mostraram o conhecimento obtido ou ações para o enfrentamento do abuso sexual, sendo portanto, necessário e urgente planejar ações de prevenção.

A partir de qualquer das categorias criadas nessa revisão é possível desenvolver novas pesquisas e aprofundar a discussão acerca do abuso sexual infantil. Isso se mostra relevante pois possibilita sejam feitas pesquisas tendo como plano de fundo os resultados aqui já sumarizados.

REFERÊNCIAS

- AMENDOLA, M. F. Analisando e (des)construindo conceitos: pensando as falsas denúncias de abuso sexual. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, Ano 9, n. 1, pp.196-215, 1º semestre de 2009.
- BÉRGAMO, L. P. D. & BAZON, M. R. Abuso físico infantil: Avaliando fatores de risco psicológicos em cuidadores notificados. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v.25, n.2, pp. 256-264, 2012.
- BÉRGAMO, L. N. & BERNARDES, M. P. Relato de experiência: avaliação psicológica de uma criança vítima de abuso sexual fundamentada no psicodrama. *Revista Brasileira de Psicodrama*, São Paulo, v. 23, n. 2, pp. 67-74, 2015.
- BORGES, J. L. & DELL'AGLIO, D. D. Abuso Sexual Infantil: Indicadores de Risco e Consequências no Desenvolvimento de Crianças. *Rev. Interam. Psicol*, Porto Alegre, v.42, n.3, pp. 528-536, dez. 2008.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil*, Brasília, DF, 2013.
- CAFÉ, M. B. & NASCIMENTO, N. I. O psicodrama e o atendimento aos autores de violência sexual. *Revista brasileira de psicodrama*, São Paulo, v.20, n.2, pp.127-139, dez. 2012.
- CAPITÃO, C. G. & ROMARO, R. A. Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes. *Psicol. Am. Lat.*, México, n.13, jul. 2008.
- CHAGAS, L. F. & MORETTO, M. L. T. A violência sexual e a repetição: a importância da função do segredo para a clínica psicanalítica e o tratamento na instituição de saúde. *Rev. SBPH*, Rio de Janeiro, v.16 n.2, pp. 54-72, jul./dez. 2013.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Cavalcanti, M. L. V. C. et al. *Perspectivas Antropológicas da mulher*. n.º. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, pp. 25-62.
- CHAVES, E. & COSTA, L. F. Estudo técnico sobre afastamento do agressor do lar no abuso sexual: autor, família e vítima. *Psicol. Teor. Prat.*, São Paulo, v. 14, n. 2, pp. 102-115, ago. 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo*. Brasília: CFP, 2009.
- COSTA, L. F. et al. "A justiça é demorosa, burra e cega". Percepções de famílias sobre a dimensão jurídica dos crimes de abuso sexual. *Boletim de Psicologia*, v. 58, n.128, p. 085-102, 2008.
- COSTA, L. F. et al. Grupo multifamiliar: espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 1, pp. 21-30, jan./mar. 2009.

COSTA, L. F. *et al.* Grupo multifamiliar com adolescentes ofensores sexuais. *Psico*, Porto Alegre, v. 42, n. 4, pp. 450-456, out./dez. 2011.

COSTA, B. N. S. & COSTA, L. F. Perpetrador e vítima: o adolescente que cometeu ofensa sexual. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v.11, n.2, pp. 633-645, 2013.

DEMO, P. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DOBKE, V. M.; SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO, D. D. Abuso sexual intrafamiliar: da notificação ao depoimento no contexto processual-penal. *Temas em Psicologia*, v. 18, n.1, pp. 167 – 176, 2010.

FLORENTINO, B. R. B. Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26, n. 1, pp. 59-70, jan./abr. 2014.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 2, pp. 139-144, maio/ago. 2015.

FRÖNER, J. P. & RAMIRES, V. R. R. A escuta de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar na concepção de profissionais que atuam no âmbito do Judiciário. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, pp. 60-81, ago. 2009.

FURNISS, T. *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes médicas, 1993.

GOMES, L. R. S. & NEVES, A. S. A mãe frente ao incesto: a condição de ausência, repetição e negação na história da família. *Vínculo*, v.10, n. 1, pp. 22- 28, 2013.

HABIGZANG, L. F. *et al.* Avaliação Psicológica em Casos de Abuso Sexual na Infância e Adolescência. *Psicol. Reflexão e Crítica*, v. 21, n. 2, pp. 338-344, 2008.

HABIGZANG, L. F. *et al.* Grupoterapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Rev Saúde Pública*, São Paulo, v.43, Supl.1, pp. 70-78, aug. 2009.

HABIGZANG, L. F. *et al.* Caracterização dos sintomas do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em meninas vítimas de abuso sexual. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol.22, n.2, p.27-44, 2010.

HOHENDORFF, J. V. *et al.* Produção e Utilização de um Documentário sobre Violência Sexual Contra Meninos. *PSICO*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, pp. 228-236, abr./jun. 2012.

LIBÓRIO, R. M. C. Violência sexual contra crianças e adolescentes: contribuições da psicologia no processo de prevenção. *Psicologia: Ensino & Formação*, Brasília, v.4, n.2, pp.119-139, 2013.

- LIMA, J. A. & ALBERTO, M. F. P. As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, v.15, n.2, pp. 129-136, mai./ago. 2010.
- MARRA, M. M. & COSTA, L. F. Caracterização do abuso sexual em clientela do CREAS. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v.16, n.2, pp. 105-116, ago. 2016.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C.M.; Revisão integrativa: métodos de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v.17, n.4, pp.758-64, out./dez. 2008.
- MINAYO, M. C. S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v.10, supl.1, pp. 07-18, 1994.
- MOURA, A. S & KOLLER, S. H. A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico-USF*, v. 13, n. 1, pp. 85-94, jan./jun. 2008.
- NARVAZ, M & OLIVEIRA, L. L. A Relação entre Abuso Sexual e Transtornos Alimentares: Uma Revisão. *Revista Interamericana de Psicología / Interamerican Journal of Psychology*, Porto Alegre, v. 43, n.1, pp. 22-29, abr. 2009.
- NOVAIS, M. R. & BRITTO, I. A. G. S. Comportamentos-problema de uma criança vítima de abuso sexual. *Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn.*, v. 15, n. 1, pp.4-19, 2013.
- OLIVEIRA, M. D. & SEI, M. B. Abuso sexual e as contribuições da psicologia no âmbito judiciário. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.41, pp.4-22, jul./dez. 2014.
- OLIVEIRA, J. R. *et al.* Violência sexual e coocorrências em crianças e adolescentes: estudo das incidências ao longo de uma década. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n.3, pp.759-771, 2014.
- PACHECO, M. L. & MALGARIM, B. G. Centro de Referência Especializado de Assistência Social: Apanhados teóricos sobre uma rede especial de apoio e proteção em casos de abuso sexual infantil. *Revista de Psicologia da IMED*, vol.3, n.2, pp. 545- 553, 2011.
- PACHECO, M. L. & MALGARIM, B. G. Discutindo os possíveis impactos do abuso sexual intrafamiliar na estruturação do aparelho psíquico infantil. *Revista de Psicologia da IMED*, vol.4, n.1, pp. 620- 628, 2012.
- PELISOLI, C.; GAVA, L. L.; DELL'AGLIO, D. D. Psicologia jurídica e tomada de decisão em situações envolvendo abuso sexual infantil. *Psico-USF*, Itatiba, v. 16, n. 3, pp. 327-338, set./dez. 2011.
- PIMENTEL, A. S. G. & ARAÚJO, L. S. Hermenêutica gestáltica de uma violência sexual intrafamiliar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 4, pp. 659-667, out./dez. 2009.
- RIBEIRO, R. & COSTA, L. F. As emoções do profissional psicossocial frente à situação de abuso sexual infantil. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v.12, n.23, pp.130-147, dez. 2007.

- SANDERSON, C. *Abuso Sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia*. São Paulo: M. Books do Brasil Ltda, 2008
- SANTOS, S. S. & DELL'AGLIO, D. D. Revelação do Abuso Sexual Infantil: Reações Maternas. *Psicol. Teoria e Pesquisa*, v. 25, n. 1, pp. 085-092, Jan./Mar. 2009.
- SANTOS, V. A. & COSTA, L. C. A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v.28, n.4, pp.529-537, out./dez. 2011.
- SANTOUCY, L. B. *et al.* Mulheres que denunciam violência sexual intrafamiliar. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.22, n.3, pp. 731-754, set./dez. 2014.
- SERAFIM, A. P. *et al.* Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Rev Psiq Clín.* São Paulo, v.36, n.3, pp.101-11, 2009.
- SOARES, C. B. *et al.* Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. *Rev Esc Enferm*, São Paulo, 2014; v.48, n.2, pp.335-45, abr. 2014.
- VIEIRA, L. J. E. S. *et al.* Capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.20, n.11, pp.3407-3416, 2015.